ISSN: 2358-8829

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DO CASO SERGIPANO

Luciana dos Santos Bomfim [1]

INTRODUÇÃO

A garantia do direito humano e social à alfabetização na idade certa configura-se como um dos maiores e mais prementes desafios da educação pública brasileira. Historicamente, o acesso à leitura e à escrita tem se consolidado como um divisor de águas no desenvolvimento da cidadania, na redução das desigualdades socioeconômicas e na promoção da equidade. Entretanto, os indicadores de aprendizagem revelam a persistência de abismos regionais e estruturais, nos quais parcela expressiva das crianças matriculadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental conclui o ciclo de alfabetização sem o domínio pleno das habilidades essenciais de leitura, interpretação e produção textual.

Diante desse diagnóstico desafiador, as políticas públicas educacionais passaram a dispensar atenção prioritária à formação continuada dos professores alfabetizadores. Reconhece-se que, embora a alfabetização seja um fenômeno multideterminado, perpassado por condições socioeconômicas, infraestrutura escolar e suporte familiar, a atuação pedagógica do professor em sala de aula constitui a variável intraescolar de maior impacto sobre o desempenho e o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Assim, assegurar processos formativos em serviço rigorosos, sistemáticos e articulados às reais necessidades da prática escolar torna-se imperativo imperioso para qualquer agenda governamental comprometida com a melhoria da qualidade do ensino.

No Estado de Sergipe, a busca por respostas institucionais consolidadas e de longo alcance resultou na concepção e implementação do Programa Alfabetizar pra Valer, regulamentado por meio da Lei Estadual nº 8.599, de 16 de outubro de 2019. A iniciativa nasceu com o propósito de enfrentar os elevados índices de analfabetismo funcional e

[1] Doutoranda do Curso da RENOEN – Rede Nordeste de Ensino pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, luckybomfim@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

distorção idade-série observados no território sergipano, estabelecendo um pacto de cooperação federativa entre a Secretaria de Estado da Educação (SEED) e os 75 municípios do estado.

O Programa Alfabetizar pra Valer propõe uma abordagem sistêmica para o fortalecimento do ciclo de alfabetização (com foco prioritário no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental), alinhando-se rigorosamente às diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo Currículo de Sergipe. Seu desenho institucional abrange eixos estratégicos interdependentes: o fortalecimento da gestão escolar e municipal, a formação continuada de gestores e educadores, a distribuição de materiais didáticos complementares e estruturados, o acompanhamento pedagógico sistemático por meio de redes de tutoria e a instituição de avaliações diagnósticas e somativas para o monitoramento contínuo da aprendizagem.

A problemática central que orienta esta investigação estrutura-se na seguinte indagação: De que maneira a implementação do Programa Alfabetizar pra Valer em Sergipe, enquanto política pública baseada no regime de colaboração, tem transformado a formação continuada e as práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores, contribuindo para a efetivação do direito à alfabetização na idade certa? O problema formulado reconhece a complexidade de transpor diretrizes legais em mudanças concretas no cotidiano das turmas de alfabetização.

A justificativa deste estudo assenta-se na relevância social, política e acadêmica do tema. Sob a ótica social, compreender a eficácia de políticas estaduais de alfabetização é fundamental para subsidiar ações que promovam a inclusão educacional de milhares de crianças sergipanas, especialmente aquelas pertencentes às redes municipais de ensino, frequentemente marcadas por restrições orçamentárias e técnicas. Sob a ótica política e institucional, a análise do caso de Sergipe oferece um panorama valioso sobre o funcionamento prático do regime de colaboração em estados do Nordeste brasileiro, evidenciando como a articulação interfederativa pode superar a fragmentação do sistema público de ensino. Do ponto de vista acadêmico, o trabalho amplia a literatura científica sobre políticas públicas de formação docente e alfabetização, articulando referenciais teóricos consolidados com a análise documental de políticas em andamento.

Com vistas a responder à problemática delimitada, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a relação entre a implementação do Programa Alfabetizar pra Valer em Sergipe e a qualificação da formação continuada e das práticas pedagógicas de

professores alfabetizadores. Para alcançar esse objetivo geral, definem-se os seguintes objetivos específicos:

a) Mapear a estrutura organizacional e as diretrizes normativas do Programa Alfabetizar pra Valer, destacando os eixos de formação, tutoria e materiais didáticos estruturados;

b) Investigar os aportes teórico-metodológicos oferecidos aos educadores durante os encontros de formação continuada e no acompanhamento pedagógico;

c) Identificar as percepções de mudanças nas práticas docentes e nas rotinas de alfabetização desenvolvidas em sala de aula a partir da incorporação dos recursos e orientações do programa; e

d) Discutir as contribuições e os desafios do regime de colaboração entre estado e municípios sergipanos para a consolidação de uma política pública de alfabetização sustentável e de equidade.

2. METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A abordagem metodológica adotada neste trabalho fundamenta-se nos princípios da pesquisa qualitativa, de natureza descritivo-analítica. A escolha pelo enfoque qualitativo justifica-se por sua capacidade de apreender os processos sociais e as dimensões subjetivas e institucionais que constituem as políticas públicas educacionais em seu ambiente natural.

O desenho da pesquisa desdobrou-se em três etapas complementares, assegurando o rigor científico, a triangulação das fontes e a coerência analítica:

2.1. Etapa 1: Levantamento e Revisão Bibliográfica Sistemática

Nesta primeira etapa, realizou-se uma busca sistemática na literatura acadêmica nacional (artigos científicos, teses e dissertações nas bases SciELO, BDTD e Google Acadêmico) cobrindo o período de 2015 a 2026. Os descritores utilizados compreenderam: ‘Políticas Públicas de Alfabetização', 'Formação Continuada de Professores', 'Regime de Colaboração em Sergipe' e 'Programa Alfabetizar pra Valer'. Os materiais selecionados forneceram o aporte teórico para a discussão dos saberes docentes, da governança educacional e das metodologias de ensino da língua escrita.

2.2 Etapa 2: Análise Documental

A análise documental constituiu a espinha dorsal do levantamento empírico do estudo. Foram examinados documentos oficiais normativos, orientadores e operacionais produzidos pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) e pelas redes municipais parceiras no âmbito do Programa Alfabetizar pra Valer:

1. Legislação Específica: Lei Estadual nº 8.599/2019 (instituidora do Programa Alfabetizar pra Valer) e decretos estaduais de regulamentação;

2. Marcos Curriculares: Documento Curricular do Estado de Sergipe (DCR-SE) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;

3. Guias e Cadernos Formativos: Módulos das formações continuadas direcionadas aos formadores estaduais, formadores municipais, coordenadores pedagógicos e professores alfabetizadores;

4. Materiais Didáticos Estruturados: Cadernos de atividades de apoio ao aluno e guias pedagógicos do professor referentes ao 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;

5. Relatórios Técnicos e de Monitoramento: Dados consolidados de participação nos encontros formativos, relatórios de tutoria municipal e sínteses de diagnósticos de aprendizagem infantil disponibilizados pelos órgãos gestores.

2.3 Etapa 3: Tratamento e Análise dos Dados

Os dados coletados na revisão bibliográfica e na análise documental foram organizados e submetidos à Análise de Conteúdo Temática, conforme a sistematização clássica do método (pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A construção do referencial teórico deste estudo fundamenta-se na articulação entre três campos de conhecimento essenciais e interdependentes: a) as políticas públicas educacionais e a cooperação federativa; b) os fundamentos teóricos da formação continuada e do desenvolvimento profissional docente; e c) as especificidades do processo de alfabetização sob a perspectiva da mediação pedagógica e do suporte curricular.

3.1 Políticas Públicas Educacionais e o Regime de Colaboração

No ordenamento jurídico e educacional brasileiro, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) estabelecem que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus sistemas de ensino em regime de colaboração. Contudo, a efetivação teórica desse princípio constitucional defronta-se com acentuadas assimetrias na distribuição de recursos e capacidades técnicas entre os entes federados, recaindo sobre os municípios a responsabilidade prioritária pela oferta da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Nesse contexto, o regime de colaboração deixa de ser uma mera prescrição legal e converte-se em imperativo político de equidade. Conforme argumenta a literatura especializada em gestão pública da educação, políticas estaduais integradas que oferecem apoio técnico, financeiro e pedagógico aos municípios são indispensáveis para combater a fragmentação das redes públicas e reduzir as discrepâncias territoriais no rendimento escolar. O regime de colaboração efetivo pressupõe o estabelecimento de pactos de corresponsabilidade e confiança mútua entre os entes governamentais. Não se trata de impor diretrizes centralizadas do Estado aos Municípios, mas de construir instâncias participativas de coordenação pedagógica, distribuição equitativa de recursos e alinhamento de metas educacionais que fortaleçam a autonomia e a capacidade de atendimento das redes locais.

O Programa Alfabetizar pra Valer insere-se justamente nessa vertente de política pública colaborativa. Inspirado em experiências de sucesso do cenário educacional nordestino e nacional, o programa sergipano busca superar a atuação isolada das secretarias municipais de educação, tecendo uma rede estadual sustentável de articulação técnica, formação de quadros pedagógicos e monitoramento compartilhado de resultados através do cascateamento das ações colaborativas.

3.2 Formação Continuada em Serviço e Desenvolvimento Profissional Docente

A conceituação sobre a formação de professores sofreu profunda evolução nas últimas décadas. Superou-se o modelo tradicional e instrumental da 'reciclagem' ou da 'treinamento', centrado em palestras descontextualizadas e transmissão de técnicas pré-

moldadas, em favor de uma concepção pautada no desenvolvimento profissional contínuo, na reflexão sobre a prática e na centralidade do saber docente.

Referenciais teóricos marcantes no campo da formação docente enfatizam que os professores constroem e mobilizam saberes plurais no exercício de sua profissão. Tais saberes disciplinares, curriculares, pedagógicos e da experiência ganham significado na medida em que o docente analisa criticamente a sua própria ação em sala de aula. Portanto, a formação docente precisa partir de uma reflexão sobre a prática como ponto de partida do processo formativo. É preciso ouvir e compreender as perguntas e situações trazidas pelo professor, que deve ser visto como um sujeito que produz conhecimento pedagógico de maneira ética, crítica e consciente dos desafios que emergem do ensino.

Para que a formação continuada produza impacto real no chão da escola, a literatura aponta a necessidade de que os processos formativos atendam a determinados pressupostos: a) inserção em serviço, ocorrendo de forma integrada à jornada de trabalho; b) continuidade e sistematicidade, superando ações pontuais e desfragmentadas; c) foco na aprendizagem dos alunos e no domínio das metodologias de ensino; d) trabalho colaborativo e troca de experiências entre pares; e e) acompanhamento pedagógico qualificado que apoie o professor no momento da transposição didática.

Nessa perspectiva, o papel das políticas de formação é criar comunidades de aprendizagem docente nas quais a análise do trabalho pedagógico, a discussão de produções de estudantes e o estudo de rotinas didáticas de alfabetização sejam vivenciados de maneira reflexiva e cooperativa.

3.3 Mediação Pedagógica, Materiais Estruturados e Alfabetização na Idade Certa

O debate contemporâneo sobre a alfabetização supera falsas dicotomias metodológicas ao compreender a aprendizagem da língua escrita como um processo complexo que envolve a apropriação do sistema de escrita alfabética (foco na consciência fonológica, relações grafofônicas e decodificação) simultaneamente à inserção do estudante em práticas sociais de letramento (uso funcional da leitura e da escrita em diferentes gêneros e contextos).

Garantir a alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, conforme preconiza a BNCC, exige intencionalidade pedagógica acentuada e organização

sistemática do tempo e do espaço escolar. É sob essa premissa que a utilização de materiais didáticos estruturados ganha espaço nas políticas estaduais de alfabetização.

A adoção de materiais estruturados oferece um suporte valioso para a gestão da aula pelo alfabetizador. O material possibilita a progressão pedagógica dos conteúdos, a diversificação de atividades de leitura e escrita e a garantia de direitos mínimos de aprendizagem para todos os estudantes, independentemente da escola ou região em que estejam matriculados. Contudo, como ressalta a literatura teórica, a eficácia do material estruturado depende intrinsecamente da mediação do docente qualificado e consciente da sua intencionalidade pedagógica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação e a análise documental dos dados do Programa Alfabetizar pra Valer no estado de Sergipe revelam transformações significativas no panorama da formação docente e da gestão do ensino de alfabetização desde a sua promulgação em 2019. A seguir, apresentam-se os resultados estruturados nas quatro categorias analíticas centrais emersas da pesquisa.

4.1 A Governança do Programa Alfabetizar pra Valer e a Efetivação do Regime de Colaboração

O primeiro resultado de grande relevância diz respeito à adesão total e voluntária dos 75 municípios sergipanos ao Programa Alfabetizar pra Valer. Esse dado demonstra o reconhecimento das redes municipais quanto à necessidade de um suporte institucional coordenado para o enfrentamento dos déficits de alfabetização.

A estrutura de governança do programa organizou-se em instâncias estaduais e municipais bem delineadas. A SEED assumiu o papel de coordenação geral e provimento de recursos técnicos, enquanto os municípios instituíram Coordenadorias Municipais e equipes de formadores locais. Esse arranjo superou antigas resistências políticas regionais e consolidou um canal permanente de comunicação pedagógica interfederativa, através do setor de Assessoria de Colaboração e Assistência aos Municípios (ASCAM).

A consolidação dessa rede técnica permitiu a descentralização das ações formativas. Em vez de centralizar a formação na capital (Aracaju), foram criados polos regionais de formação coincidindo com as Diretorias Regionais de Educação (DREs),

ISSN: 2358-8829

encurtando distâncias geográficas e adaptando a logística às especificidades de cada território do estado.

4.2 Estruturação e Dinâmica das Formações Continuadas Sistemáticas em Serviço

Os documentos analisados demonstram que o modelo de formação continuada adotado pelo Programa Alfabetizar pra Valer rompeu com encontros episódicos, estabelecendo um calendário anual pré-fixado de ciclos formativos. A carga horária formativa foi incorporada às rotinas de planejamento docente (hora-atividade), garantindo a legitimidade do processo.

As formações articulam-se em uma cascata reflexiva qualificada: a Equipe Regional de Formadores realiza o alinhamento com os Formadores Municipais que, por sua vez, conduzem os módulos formativos com os Professores Alfabetizadores de suas respectivas redes. O Quadro 1 sintetiza a estrutura dos eixos formativos e estratégias pedagógicas do programa.

Quadro 1 – Síntese dos Eixos do Programa Alfabetizar pra Valer em Sergipe

Eixo Estratégico	Público-Alvo	Ações e Foco Pedagógico
Formação Continuada	Professores alfabetizadores (1º, 2º e 3º anos), Coordenadores e Formadores.	Ciclos periódicos de formação em serviço; estudo da psicogênese da língua escrita, consciência fonológica e letramento.
Acompanhamento / Tutoria	Escolas públicas das redes municipais e estaduais de Sergipe.	Visitas técnicas e reflexivas dos formadores às escolas; observação de aula e feedback colaborativo.
Material Estruturado	Estudantes e professores do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental.	Distribuição de cadernos de apoio didático alinhados à BNCC e ao DCR-SE para alunos e guias pedagógicos para docentes.
Avaliação e Monitoramento	Turmas do ciclo de alfabetização e equipes gestoras.	Aplicação de avaliações diagnósticas, formativas e somativas para mapeamento contínuo dos níveis de leitura e escrita.

Fonte: Elaborado pela autora com base em documentos da SEED/SE (2026).

A análise dos cadernos formativos revela um cuidado teórico metodológico em articular os processos de apropriação do sistema alfabético com práticas diversificadas de leitura de textos reais. Temas como a organização do tempo pedagógico, o trabalho com pequenos grupos heterogêneos de aprendizagem e a intervenção diagnóstica constituem a pauta central das pautas formativas.

ISSN: 2358-8829

4.3 O Acompanhamento Pedagógico e a Tutoria no Chão da Escola

Uma das principais inovações identificadas no Programa Alfabetizar pra Valer é a superação do isolamento do trabalho docente por meio do acompanhamento pedagógico sistemático. A atuação do Formador Municipal/Tutor não se configura como fiscalização punitiva, mas como uma presença colaborativa na escola.

Os relatórios de acompanhamento demonstram que os tutores realizam visitas periódicas às unidades escolares, dialogando com os coordenadores pedagógicos e professores alfabetizadores. Durante essas visitas, são analisados os diários de classe, as produções escritas dos estudantes e os avanços nos níveis de alfabetização. Essa rotina permite identificar precocemente crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, possibilitando o planejamento de estratégias de recuperação paralela no próprio decorrer do ano letivo.

Essa aproximação entre formadores e professores fortalece a autoeficácia docente e gera um ambiente de apoio mútuo, reduzindo a sensação de solidão pedagógica comumente relatada por alfabetizadores em turmas complexas e heterogêneas.

4.4 O Papel do Material Didático Estruturado na Reorganização da Prática

A introdução dos cadernos de atividades estruturados para alunos e dos guias didáticos para professores representou um divisor de águas na organização das rotinas de alfabetização nas redes municipais de Sergipe. O material fornece uma progressão clara das habilidades de leitura e escrita, alinhada aos direitos de aprendizagem estipulados no DCR-SE.

Os dados documentais e os depoimentos registrados nos relatórios de avaliação do programa indicam que o material estruturado atua como um guia para uma rotina de aula que se contribui para um ambiente alfabetizador. Ele auxilia o professor na estruturação de rotinas diárias que contemplam a leitura deleite, a análise linguística, a produção de texto e a consolidação das relações grafofônicas.

Importante salientar que a análise crítica evidencia que o material não substitui a autoria pedagógica do docente. Pelo contrário, as formações continuadas estimulam os professores a enriquecer o material com projetos de leitura locais, literatura infantil sergipana e jogos pedagógicos interativos, promovendo uma utilização contextualizada e significativa dos recursos disponíveis.

ISSN: 2358-8829

4.5 Percepções de Mudanças Metodológicas e Resultados no Território

A síntese das evidências levantadas aponta para mudanças qualitativas consistentes na prática pedagógica dos professores alfabetizadores em Sergipe. Observa-se maior intencionalidade no planejamento das aulas, melhor gestão do tempo pedagógico e a consolidação do hábito de mapear constantemente os níveis de escrita dos alunos (pré-silábico, silábico sem valor sonoro, silábico com valor sonoro, silábico-alfabético, alfabético e alfabético-ortográfico).

Além disso, a realização de avaliações diagnósticas por meio do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada permitiu um monitoramento transparente, através do qual gestores municipais e escolares conseguem acompanhar a evolução de cada turma e redirecionar esforços para as escolas que demandam maior suporte técnico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido permitiu analisar em profundidade a relação entre as políticas públicas de alfabetização e a formação continuada de professores no estado de Sergipe, tomando como objeto central de reflexão o Programa Alfabetizar pra Valer. A análise documental e bibliográfica empreendida demonstra que a política pública sergipana se consolidou como uma resposta estruturada e coerente aos desafios históricos da alfabetização na idade certa no estado.

As evidências apuradas revelam que o êxito do programa se assenta na integração harmoniosa de quatro pilares fundamentais: a) a governança colaborativa efetiva entre o Governo do Estado e os 75 Municípios; b) a formação continuada em serviço rigorosa e sistemática; c) a tutoria e o acompanhamento pedagógico próximo no chão da escola; e d) a disponibilização de materiais didáticos estruturados alinhados à BNCC e ao DCR-SE. Essa combinação de ações superou modelos formativos fragmentados do passado, proporcionando aos docentes suporte teórico e prático para o exercício de sua autoria pedagógica.

Conclui-se que o Programa Alfabetizar pra Valer tem promovido uma autêntica reorganização das práticas de ensino nas turmas de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, elevando a intencionalidade pedagógica das atividades de leitura e escrita e aprimorando os processos de avaliação formativa. O fortalecimento da autoeficácia

docente e a criação de uma cultura de responsabilidade compartilhada pela aprendizagem das crianças despontam como os legados mais expressivos da iniciativa.

Como recomendação para a gestão pública e para a sustentabilidade da política, destaca-se a imperiosa necessidade de manter a estabilidade do regime de colaboração e os investimentos financeiros e técnicos, resguardando o programa de descontinuidades administrativas ou mudanças de gestão governamental. A alfabetização de todas as crianças na idade certa é compromisso de Estado que transcende governos.

Por fim, indica-se a relevância de desenvolver pesquisas empíricas futuras no campo de atuação, contemplando investigações quantitativas longitudinais de impacto sobre o desempenho dos estudantes no SAEB e estudos de caso que aprofundem as vivências dos professores alfabetizadores nas diferentes regiões do semiárido e do litoral sergipano.

Palavras-chave: Alfabetização, Formação de Professores, Políticas Públicas, Ensino, Aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento a minha mãe Vera Lucia e aos meus filhos Rhaniel e Maria Vitória que sempre compreendem as minhas ausências.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. et al. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/SEB, 2018.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. E-Mosaicos, v. 7, p. 3-25, 2019.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 54. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GATTI, B. A. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. Revista Diálogo Educacional, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017.

NÓVOA, A. Professores: Imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

SERGIPE. Governo do Estado de Sergipe. Lei nº 8.599, de 16 de outubro de 2019. Institui o Programa Alfabetizar pra Valer - Pacto Sergipano pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências. Aracaju: SEDUC, 2019.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura. Documento Curricular do Estado de Sergipe (DCR-SE). Aracaju: SEDUC, 2019.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.